

TIRADENTES, MITO E ESCOLA REPUBLICANA: ENTRE A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E AS CONTROVÉRSIAS ATUAIS

TIRADENTES AND THE REPUBLICAN SCHOOL: MYTH, MEMORY, CONTROVERSIES

Carlos José de Melo Moreira¹

<https://orcid.org/0009-0006-3116-3760>

Verônica Lima Carneiro Moreira²

<https://orcid.org/0009-0005-3291-4784>

RESUMO

Esta pesquisa analisa os processos de construção do mito político de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes (1746-1792), na Primeira República brasileira (1889-1930), considerando seu papel na produção de símbolos legitimadores do novo regime e na consolidação de uma identidade republicana. A questão de pesquisa busca compreender de que modo a figura de Tiradentes foi mobilizada como referência cívica e pedagógica, bem como quais mecanismos culturais e políticos contribuíram para a difusão dessa narrativa no espaço público. O estudo adota abordagem qualitativa inspirada na história cultural e na análise documental, articulando fontes primárias, como jornais, iconografia, legislação comemorativa e manuais escolares, e fontes secundárias da historiografia e da teoria social. A investigação examina as relações entre memória coletiva, mito político e pedagogia cívica, destacando a função social da escola, das celebrações públicas e das representações simbólicas na construção da imagem de Tiradentes como herói republicano. A pesquisa considera as reinterpretações contemporâneas dessa memória no ambiente comunicacional atual, marcado pela circulação digital de narrativas históricas e pela pluralização das disputas simbólicas em torno do passado.

Palavras-chave: tradição inventada; pedagogia cívica; identidade nacional; história cultural; disputas simbólicas.

1 Doutor e Mestre em Educação. Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, UFMA. E-mail: carlos.moreira@ufma.br.

2 Doutora e Mestre em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão, UFMA. E-mail: veronica.carneiro@ufma.br.

ABSTRACT

This study analyzes the processes involved in the construction of the political myth of Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes (1746-1792), during the Brazilian First Republic (1889-1930), considering its role in producing legitimizing symbols for the new regime and in consolidating a republican identity. The research question seeks to understand how the figure of Tiradentes was mobilized as a civic and pedagogical reference, as well as which cultural and political mechanisms contributed to the diffusion of this narrative in the public sphere. The study adopts a qualitative approach inspired by cultural history and documentary analysis, combining primary sources, such as newspapers, iconography, commemorative legislation, and school textbooks, with secondary sources from historiography and social theory. The investigation examines the relationships between collective memory, political myth, and civic pedagogy, highlighting the social role of schools, public celebrations, and symbolic representations in constructing the image of Tiradentes as a republican hero. The research also considers contemporary reinterpretations of this memory within the current communicational environment, marked by the digital circulation of historical narratives and the pluralization of symbolic disputes over the past.

Keywords: invented tradition; civic pedagogy; national identity; cultural history; symbolic disputes.

INTRODUÇÃO

A construção de heróis nacionais e a invenção de tradições cívicas constituem dimensões centrais na formação da memória coletiva e na legitimação dos regimes políticos modernos. No caso brasileiro, a Primeira República (1889-1930) enfrentou o desafio de consolidar uma identidade republicana em um país marcado pela herança monárquica e pela frágil participação popular no novo regime. Nesse contexto, a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), insurgente da Inconfidência Mineira, foi ressignificada e alçada à condição de mártir da liberdade e herói fundador da República. A operação simbólica que o transformou de conspirador derrotado em “Cristo cívico” revela tanto a força dos mitos políticos quanto o papel das instituições, da escola e da cultura na modelagem das identidades coletivas.

A questão que orienta esta pesquisa consiste em compreender: Como Tiradentes foi transformado em mito político durante a Primeira República e quais sentidos políticos e culturais foram atribuídos à sua figura no processo de legitimação do regime republicano?

Como desdobramento dessa questão, busca-se também indagar sobre: De que modo esse processo histórico de mitificação permite iluminar, por comparação e contraste, as permanências e reconfigurações contemporâneas das disputas em torno da memória e dos heróis nacionais?

Esse duplo movimento, olhar para o passado republicano e para os debates do presente, confere atualidade ao estudo. Em um contexto em que a circulação digital intensifica tanto a monumentalização quanto a contestação de figuras públicas, revisitar o caso de Tiradentes permite compreender as permanências das estratégias de pedagogia cívica e os mecanismos de construção e de desconstrução de mitos políticos no Brasil.

A escolha do tema justifica-se pela relevância de compreender os usos políticos da memória e da história, bem como as estratégias de fabricação simbólica que continuam operando no espaço público brasileiro. Tiradentes constitui um caso exemplar porque condensa um processo histórico de manipulação e de reorganização da memória coletiva. De personagem relativamente marginal na história política de seu tempo, ele foi transformado em ícone republicano por meio de processos institucionais e culturais. Monumentos, rituais cívicos, discursos políticos, obras literárias, representações artísticas e, sobretudo, manuais escolares produziram uma imagem depurada e sacralizada do inconfidente, associando-o a valores universais de sacrifício e de redenção. Essa pedagogia cívica, analisada por Carvalho (1990), foi decisiva para a tentativa de forjar uma identidade republicana em um país marcado pela heterogeneidade regional e pela exclusão social.

Entretanto, o mito de Tiradentes não constitui apenas um fenômeno circunscrito ao passado. A análise histórica de sua construção permite compreender processos mais amplos pelos quais figuras históricas são continuamente reinterpretadas e disputadas no espaço público. Se na Primeira República os manuais escolares, as festas cívicas e a iconografia artística constituíam os principais vetores de difusão da imagem de Tiradentes, na contemporaneidade as redes digitais assumem papel central na circulação de narrativas heroicas ou na contestação de personagens históricos. A comparação entre esses dois contextos evidencia que a fabricação de heróis nacionais não se limita a um momento histórico específico, mas corresponde a um mecanismo recorrente das sociedades na busca de legitimidade política, coesão social e identidade coletiva.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa no campo da história cultural, ancorada na análise documental e interpretativa. O corpus documental

mobilizado compreende quatro conjuntos principais de fontes: legislação e rituais cívicos relacionados à institucionalização da memória de Tiradentes, com destaque para a consagração do feriado de 21 de abril; representações artísticas e iconográficas que associaram o inconfidente à imagem do mártir cristão; manuais escolares e materiais pedagógicos utilizados na Primeira República, responsáveis pela difusão da narrativa heroica no espaço escolar; e textos da imprensa e discursos políticos que contribuíram para consolidar a figura exemplar do mártir republicano. Além dessas fontes primárias, mobilizam-se estudos historiográficos clássicos e contemporâneos sobre memória coletiva, mito político e identidade republicana, bem como pesquisas recentes sobre comunicação digital e disputas contemporâneas em torno da memória histórica.

O objetivo geral do artigo consiste em analisar o processo de construção do mito de Tiradentes na Primeira República, destacando seus usos políticos, sociais e culturais e suas reconfigurações no presente. De modo específico, busca-se: discutir os fundamentos teóricos sobre memória coletiva, mito político e invenção de tradições; examinar como a figura de Tiradentes foi transformada em herói republicano por meio de dispositivos escolares, rituais cívicos e representações iconográficas; e refletir sobre os mecanismos contemporâneos de disputa em torno dos mitos políticos e das narrativas históricas.

A tese central defendida neste artigo sustenta que a construção do mito de Tiradentes durante a Primeira República resultou de um conjunto articulado de dispositivos de pedagogia cívica, especialmente a escola, os rituais comemorativos e a iconografia pública, responsáveis por produzir e difundir a imagem do herói-mártir como símbolo legitimador do novo regime político. Ao mesmo tempo, argumenta-se que os atuais debates digitais sobre figuras históricas evidenciam a permanência desses processos de construção simbólica da memória, ainda que em novos regimes comunicacionais.

A estrutura do artigo organiza-se em seis seções. A primeira corresponde a esta “Introdução”, na qual são apresentados o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e o recorte analítico do estudo. A segunda seção, intitulada “Corpus e procedimentos de análise”, descreve o conjunto de fontes documentais mobilizadas na pesquisa, bem como os critérios de seleção do corpus e as categorias analíticas utilizadas na interpretação dos documentos. A terceira seção, intitulada “Memória, mito e política: fundamentos teóricos e metodológicos”, apresenta o referencial conceitual que orienta a análise, discutindo os vínculos entre memória coletiva, mito político e pedagogia cívica. A quarta seção, “Tiradentes e a escola republicana: o herói nos manuais, rituais e imagens”, examina os mecanismos históricos de construção do mito, com ênfase no papel da escola, das comemorações públicas e da iconografia na difusão da figura de Tiradentes como mártir republicano. A quinta seção,

“Tiradentes e as disputas contemporâneas da memória histórica”, analisa as formas atuais de circulação, apropriação e disputa simbólica da memória do inconfidente no contexto das mídias digitais e do ambiente comunicacional contemporâneo. Por fim, a sexta seção, “Considerações finais”, retoma os principais argumentos desenvolvidos ao longo do artigo e destaca a atualidade do debate sobre mitos políticos e memória histórica para a compreensão das disputas simbólicas presentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, o estudo busca não apenas revisitar um capítulo central da história republicana brasileira, mas também oferecer elementos analíticos para compreender as permanentes disputas em torno da memória histórica e dos símbolos políticos na vida pública contemporânea.

2 CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A investigação desenvolvida neste estudo insere-se no campo da história cultural e da história das representações, perspectiva que compreende os fenômenos históricos não apenas como acontecimentos factuais, mas ainda como construções simbólicas produzidas por meio de discursos, de práticas sociais e de dispositivos institucionais. Nesse sentido, o mito político de Tiradentes é analisado como resultado de um processo histórico de elaboração simbólica que mobilizou diferentes suportes culturais e pedagógicos para produzir e difundir uma determinada interpretação da história nacional. A pesquisa, portanto, adota uma abordagem qualitativa de natureza documental e interpretativa, centrada na análise de fontes históricas que participaram diretamente da construção e da circulação da imagem de Tiradentes como herói republicano.

O corpus documental mobilizado nesta investigação organiza-se em quatro conjuntos principais de fontes. O primeiro conjunto é composto de atos legais e de dispositivos institucionais relacionados à institucionalização da memória de Tiradentes, especialmente aqueles que consolidaram o dia 21 de abril como data cívica nacional. Nesse conjunto incluem-se decretos, legislações comemorativas e registros de celebrações oficiais que contribuíram para a incorporação do personagem no calendário cívico republicano. Tais documentos permitem observar como a memória de Tiradentes foi transformada em política pública simbólica, integrando rituais de comemoração e práticas pedagógicas voltadas à formação da cidadania republicana.

O segundo conjunto de fontes é constituído por representações artísticas e iconográficas de Tiradentes, produzidas especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Entre essas representações destacam-se pinturas históricas, gravuras

e imagens difundidas em publicações e em materiais didáticos que aproximam a figura do inconfidente da iconografia cristã do martírio. A análise dessas imagens permite compreender como elementos visuais foram mobilizados para construir uma narrativa simbólica que associava Tiradentes à ideia de sacrifício redentor, conferindo à sua figura uma dimensão moral e quase religiosa no imaginário republicano.

O terceiro conjunto de fontes corresponde aos manuais escolares e materiais pedagógicos utilizados no ensino de história durante a Primeira República. Esses materiais desempenharam papel fundamental na difusão da narrativa heroica de Tiradentes no interior das escolas, contribuindo para a formação de gerações de estudantes sob uma determinada interpretação da história nacional. A presença recorrente do personagem nos livros didáticos, frequentemente apresentado como mártir da liberdade e precursor da República, evidencia o papel da escola como dispositivo central na produção e na reprodução da memória cívica.

O quarto conjunto de fontes abrange textos da imprensa e discursos políticos publicados em jornais e revistas do período, nos quais a figura de Tiradentes aparece como símbolo da luta contra a tirania e da defesa da liberdade. Esses registros permitem observar como a imprensa participou ativamente da construção e da circulação pública da imagem do herói republicano, contribuindo para consolidar uma narrativa histórica que vinculava o passado colonial à legitimação do novo regime político.

A seleção dessas fontes seguiu três critérios principais. O primeiro refere-se ao recorte temporal, concentrado prioritariamente no período da Primeira República (1889-1930), momento em que a construção simbólica de Tiradentes como herói nacional foi institucionalizada de maneira mais sistemática. O segundo critério diz respeito à circulação social e institucional das fontes, privilegiando documentos, imagens e textos que tiveram ampla difusão no espaço público ou no ambiente escolar. O terceiro critério refere-se à representatividade histórica das fontes, isto é, à sua relevância para compreender os mecanismos culturais e políticos envolvidos na construção do mito republicano.

Para orientar a interpretação dos documentos, a pesquisa utiliza um conjunto de categorias analíticas que permitem identificar padrões recorrentes na representação de Tiradentes. Entre essas categorias destacam-se: martírio e sacrifício, que indicam a construção simbólica do personagem como vítima heroica da opressão colonial; virtude cívica, associada à ideia de coragem, de patriotismo e de dedicação à liberdade; nação e povo, que vinculam o personagem ao nascimento simbólico da República brasileira; religiosidade cívica, presente nas representações que aproximam Tiradentes da iconografia cristã; e pedagogia cívica, que se refere ao uso do personagem como instrumento de formação moral e política no ambiente escolar.

O procedimento analítico adotado consiste na leitura crítica e comparativa das fontes selecionadas, buscando identificar os elementos discursivos, simbólicos e institucionais que contribuíram para a produção e a consolidação do mito republicano de Tiradentes. Em vez de tratar os documentos apenas como registros neutros do passado, a análise procura compreendê-los como parte de um processo ativo de construção da memória histórica, no qual diferentes atores sociais, Estado, intelectuais, educadores, artistas e imprensa, participaram da elaboração de uma narrativa heroica destinada a legitimar o projeto republicano.

Por meio dessa abordagem, torna-se possível evidenciar como a construção do mito de Tiradentes resultou de uma articulação entre práticas culturais, dispositivos educacionais e políticas de memória, permitindo compreender de que modo a escola, os rituais cívicos e as representações simbólicas contribuíram para transformar um personagem histórico em emblema fundador da identidade republicana brasileira.

3 MEMÓRIA, MITO E POLÍTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A transformação de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em herói cívico e símbolo nacional não pode ser compreendida como resultado de uma veneração espontânea da memória popular. Trata-se, antes, de um processo histórico de construção simbólica mediado por instituições, discursos e práticas culturais. Entre essas instituições, a escola republicana desempenhou papel decisivo ao organizar narrativas históricas, consolidar representações e difundir-las como referência moral e pedagógica. Assim, compreender como a República fabricou esse mito e como suas ressonâncias ainda se manifestam nas controvérsias contemporâneas exige revisitar conceitos fundamentais da história cultural, especialmente memória coletiva, mito político e tradições inventadas.

Maurice Halbwachs (2006) demonstrou que a memória não é um fenômeno puramente individual, mas se estrutura em molduras sociais que orientam o que deve ser lembrado e o que tende a ser esquecido. No caso brasileiro, a imagem de Tiradentes não foi simplesmente preservada ao longo do tempo, mas enquadrada em rituais escolares, discursos oficiais e comemorações cívicas. Como observa Jacques Le Goff (1990), a memória constitui um dos grandes objetos de poder nas sociedades históricas: arquivar, ensinar e comemorar implicam sempre escolhas seletivas e disputas simbólicas. Nesse sentido, o calendário republicano – ao instituir o dia 21 de abril como feriado nacional, e os manuais escolares, ao fixarem o “mártir da liberdade” como herói fundador, representam instrumentos privilegiados de institucionalização dessa memória.

Pierre Nora (1993) acrescenta que, nas sociedades modernas, a progressiva dissolução das tradições espontâneas tende a ser compensada pela criação dos chamados lugares de memória, como monumentos, efemérides, museus e rituais comemorativos. No Brasil republicano, esses dispositivos foram amplamente mobilizados para consolidar uma narrativa histórica capaz de conferir legitimidade simbólica ao novo regime político. Nesse processo, Tiradentes foi convertido em um dos mais emblemáticos lugares de memória republicanos, não apenas por meio de monumentos e de cerimônias públicas, mas sobretudo no interior das escolas, onde sua imagem foi incorporada à pedagogia cívica. A instituição escolar tornou-se, assim, um espaço privilegiado de produção e de difusão de representações históricas dotadas de forte valor político e simbólico.

Nesse ponto, torna-se necessário explicitar o sentido da categoria mito político, mobilizada ao longo desta análise. Conforme observa Raoul Girardet (1987), os mitos políticos não devem ser entendidos como simples narrativas fictícias ou celebrações comemorativas, mas como construções simbólicas capazes de condensar valores coletivos, emoções sociais e expectativas políticas em torno de personagens, de eventos ou de ideias. Esses mitos desempenham função estruturante na vida pública, pois contribuem para legitimar regimes, produzir sentidos de pertencimento e orientar interpretações compartilhadas do passado e do futuro. Sob essa perspectiva, a transformação de Tiradentes em herói-mártir da República pode ser compreendida como parte de um processo de elaboração simbólica no qual a memória histórica é reinterpretada para sustentar projetos políticos e identidades nacionais.

Do ponto de vista conceitual, Roland Barthes (1982) define o mito como uma forma de linguagem que “naturaliza o histórico”, convertendo decisões políticas e contingentes em evidências aparentemente universais. Ernst Cassirer (2003), por sua vez, destaca que os mitos políticos tendem a ganhar maior força em contextos de instabilidade social ou institucional, pois oferecem narrativas simplificadoras capazes de mobilizar afetos coletivos e de produzir coesão simbólica. É nesse horizonte que se insere a Primeira República brasileira, marcada por fragilidades institucionais e pela necessidade de construir vínculos simbólicos entre a população e o novo regime. Nesse contexto, como analisa José Murilo de Carvalho (1990), Tiradentes foi progressivamente representado como o “Cristo da República”, um mártir cuja imagem permitia associar sacrifício, redenção e liberdade em um poderoso repertório simbólico destinado à formação cívica dos cidadãos.

Complementarmente, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) formularam o conceito de “tradições inventadas”, entendido como o conjunto de práticas simbólicas e de rituais que, embora frequentemente apresentados como antigos, são criados ou reorganizados

em contextos históricos específicos com o objetivo de legitimar instituições e identidades coletivas. Essa noção permite interpretar o processo pelo qual a figura de Tiradentes foi progressivamente incorporada ao repertório simbólico da República brasileira.

O culto republicano a Tiradentes não recuperou uma tradição espontânea de veneração popular, mas instituiu novas formas de reverência pública, como cerimônias cívicas, celebrações escolares, imagens de inspiração cristológica e narrativas pedagógicas que reivindicavam uma ancestralidade simbólica inexistente. Como observa Roger Chartier (2017), as representações não apenas interpretam o passado, bem como organizam o presente, orientando práticas sociais e legitimando ordens políticas. Nesse sentido, o Tiradentes escolarizado – frequentemente representado com traços cristológicos e postura de sacrifício sereno – não apenas recontava a história da Inconfidência Mineira, mas oferecia um modelo de cidadania republicana.

Entretanto, como toda construção simbólica, também o mito de Tiradentes permanece aberto à contestação e à reinterpretção. A crítica historiográfica, ao evidenciar as ambiguidades e as contradições do personagem histórico, contribuiu para relativizar a narrativa heroica consolidada no período republicano. Ao longo do tempo, diferentes interpretações passaram a disputar o significado de sua figura, produzindo leituras alternativas e questionando sua centralidade simbólica.

Na contemporaneidade, o ambiente digital introduz novas dinâmicas nesse processo de disputa da memória histórica. Conforme observa Recuero (2020), o regime comunicacional em rede fragmenta as memórias coletivas e amplia a circulação de interpretações concorrentes sobre o passado. Nemer (2022) acrescenta que a lógica algorítmica das plataformas digitais pode tanto fragilizar narrativas históricas consagradas quanto estimular a emergência de novas mitologias políticas.

Diante desse quadro, compreender o mito de Tiradentes exige uma abordagem metodológica que articule história cultural e análise das representações. O corpus da pesquisa, detalhado na seção anterior, inclui legislação e rituais cívicos, iconografia e artes visuais, manuais escolares e textos da imprensa, além de bibliografia historiográfica especializada. Como lembra Chartier (2017), todo documento constitui uma construção de sentido e deve ser interpretado como mediação histórica, e não como reflexo imediato da realidade.

Em síntese, esta seção procurou demonstrar como memória, mito e política se entrelaçam na produção de narrativas coletivas e de identidades nacionais. O mito de Tiradentes, longe de representar uma herança espontânea da memória popular, resultou de um processo histórico de elaboração simbólica no qual escola, rituais cívicos e representações culturais desempenharam papel central. Ao mesmo tempo, a literatura especializada indica

que os mitos políticos permanecem abertos à disputa e à reinterpretação, especialmente em contextos marcados pela circulação digital de narrativas concorrentes. Esse quadro teórico oferece as bases analíticas para a seção seguinte, dedicada a examinar concretamente como a imagem de Tiradentes foi construída e difundida nos manuais escolares, nos rituais cívicos e nas representações iconográficas da Primeira República.

4 TIRADENTES E A ESCOLA REPUBLICANA: O HERÓI NOS MANUAIS, RITUAIS E IMAGENS

A Primeira República (1889-1930) encontrou na escola um espaço privilegiado para construir legitimidade política e difundir seus símbolos fundadores. A ausência de raízes populares profundas, somada à fragilidade institucional do novo regime, levou as elites republicanas a investir em uma pedagogia cívica que articulava livros didáticos, rituais públicos e representações visuais. Nesse contexto, Tiradentes, participante da Inconfidência Mineira executado em 1792, foi progressivamente ressignificado como herói nacional e mártir da liberdade. A escola tornou-se, assim, um espaço central de produção e de difusão dessa memória política, funcionando como laboratório de elaboração simbólica no qual representações seletivas do passado eram fixadas e transmitidas às novas gerações.

Os manuais didáticos da Primeira República desempenharam papel decisivo nesse processo. Conforme demonstram os estudos de Fonseca (2003) e Carvalho (1990), a narrativa histórica escolar foi deliberadamente organizada para apresentar a República como culminância de um longo processo emancipatório iniciado ainda no período colonial. Nesse enquadramento, Tiradentes surgia como mártir precursor da liberdade e da independência nacional.

Uma breve análise de manuais escolares publicados nas primeiras décadas republicanas permite observar esse processo com maior precisão. Em compêndios de história utilizados no ensino primário e secundário no início do século XX, como os manuais analisados por Fonseca (2003), Tiradentes aparece frequentemente descrito como “o primeiro mártir da liberdade brasileira”, enfatizando seu sacrifício e sua fidelidade aos ideais patrióticos. As narrativas simplificadas, dirigidas a um público escolar, tendiam a destacar o momento da execução e o gesto de resignação diante da morte, reforçando a dimensão moral e exemplar do personagem. Elementos biográficos mais ambíguos – como sua posição social modesta, suas atividades profissionais variadas ou as divisões internas do movimento inconfidente – eram geralmente atenuados ou omitidos. O resultado era a construção de uma figura pedagógica idealizada, apresentada aos estudantes como modelo de virtude cívica e de patriotismo.

A ritualização escolar reforçava aquilo que os manuais didáticos ensinavam. Datas cívicas, como o 21 de abril, eram celebradas com discursos, desfiles, hinos e encenações teatrais organizadas no interior das escolas. Crianças e jovens participavam ativamente dessas atividades, aprendendo a reverenciar o herói republicano como parte de sua formação moral e cívica.

Relatos de comemorações escolares registrados em periódicos educacionais e documentos administrativos da época revelam a importância dessas práticas. Em diversas escolas públicas, as celebrações do 21 de abril incluíam a leitura de textos sobre a Inconfidência Mineira, declamações patrióticas e apresentações teatrais nas quais estudantes representavam o martírio de Tiradentes. Essas atividades buscavam produzir identificação emocional com o personagem histórico e reforçar valores considerados fundamentais para a cidadania republicana. Como analisa Carvalho (1990), tal pedagogia cívica tinha como objetivo principal fortalecer sentimentos de pertencimento nacional e de devoção ao regime republicano, mais do que estimular uma reflexão crítica sobre os processos históricos. É importante notar, contudo, que essa característica refere-se sobretudo ao modelo pedagógico predominante no ensino escolar da época, e não à inexistência de debates historiográficos ou intelectuais mais amplos sobre a história nacional. Nesse contexto, o mito funcionava como uma “tradição inventada” (Hobsbawm; Ranger, 1997), contribuindo para consolidar uma memória oficial relativamente uniforme da identidade nacional.

As imagens tiveram papel igualmente decisivo nesse processo. Retratos pintados, gravuras em livros escolares, monumentos em praças e bustos instalados em instituições educacionais compuseram um repertório visual que ajudou a fixar a figura de Tiradentes como mártir republicano.

A iconografia produzida nesse período revela um processo claro de sacralização simbólica. Um exemplo emblemático é o famoso quadro de Pedro Américo, *Tiradentes esquartejado* (1893), amplamente reproduzido em gravuras, em livros e em materiais pedagógicos. A composição visual da obra, que destaca o corpo do mártir disposto de forma solene e iluminada, aproxima a figura do inconfidente da tradição iconográfica cristã. Em muitas representações posteriores, Tiradentes passa a ser retratado com barba longa e expressão serena, em evidente analogia com a imagem tradicional de Cristo. Como observa Chartier (2017), representações não apenas refletem realidades históricas, mas produzem modos específicos de ver, de interpretar e de agir no mundo. Nesse sentido, a repetição dessas imagens em livros, murais escolares e monumentos públicos contribuiu para naturalizar a associação entre Tiradentes, sacrifício e redenção, reforçando a dimensão simbólica do mito republicano.

Se na Primeira República a escola constituiu o espaço central de produção e de difusão desse herói nacional, o cenário contemporâneo apresenta transformações profundas.

O monopólio da escola e da imprensa sobre a memória coletiva foi progressivamente rompido pela expansão das mídias digitais, que multiplicam os espaços de circulação e de disputa das narrativas históricas.

A figura de Tiradentes, antes apresentada de forma relativamente homogênea nos manuais e nos rituais escolares, hoje circula em múltiplos formatos digitais, como vídeos em plataformas de compartilhamento, postagens em redes sociais e memes que reinterpretam ou ironizam a narrativa heroica tradicional. Como observa Recuero (2020), as redes digitais instauram um novo regime comunicacional caracterizado pela velocidade de circulação das informações, pela fragmentação das audiências e pela disputa permanente de interpretações. Nesse ambiente, personagens históricos tornam-se objetos de reapropriações variadas, que podem tanto reforçar quanto subverter narrativas consolidadas.

Nesse contexto, surgem não apenas releituras de Tiradentes, mas também a emergência de novos heróis e mitos políticos. Figuras contemporâneas, como líderes políticos, religiosos ou ativistas, passam por processos de mitificação semelhantes aos observados em períodos anteriores, ainda que em escala ampliada pela circulação digital. Nemer (2022) argumenta que os algoritmos das plataformas digitais desempenham papel central nesse processo, pois tendem a amplificar conteúdos emocionalmente carregados e politicamente polarizados. Desse modo, a produção de heróis e contra-heróis na política contemporânea torna-se simultaneamente mais rápida e mais instável, marcada por oscilações repentinas que desafiam formas tradicionais de institucionalização simbólica.

A escola contemporânea, longe de perder relevância, vê-se desafiada a disputar espaço com essas novas formas de produção e de circulação da memória histórica. Se em períodos anteriores era possível transmitir uma narrativa oficial com menor concorrência simbólica, hoje professores e manuais escolares precisam dialogar com um ambiente marcado pela multiplicidade de informações, de desinformações e de reinterpretações do passado. A permanência de Tiradentes como herói escolar, por exemplo, é frequentemente tensionada por estudantes que chegam à sala de aula já expostos a versões alternativas difundidas em redes sociais e em plataformas digitais. Esse fenômeno evidencia simultaneamente continuidade e ruptura na pedagogia cívica: continuidade, porque a escola ainda desempenha papel relevante na formação de identidades nacionais; ruptura, porque agora enfrenta a concorrência de narrativas digitais descentralizadas. Nesse sentido, como argumentam Saviani e Duarte (2012), a educação continua ocupando posição estratégica nos processos de reprodução social, mas passa a operar em um cenário histórico no qual as mediações pedagógicas e os modos de circulação do conhecimento são profundamente reconfigurados pelas transformações tecnológicas e comunicacionais da sociedade contemporânea.

A expansão recente de ferramentas de inteligência artificial acrescenta ainda uma dimensão inédita a esse cenário. Sistemas capazes de gerar automaticamente textos, imagens e vídeos permitem recriar personagens históricos em versões ficcionais ou satíricas que circulam amplamente nas redes digitais. Tiradentes pode, por exemplo, ser representado em imagens hiper-realistas produzidas por algoritmos ou reinterpretado em montagens humorísticas que desestabilizam a sacralidade construída pela tradição republicana. Como adverte Seibt (2023), o potencial dessas tecnologias para manipular representações históricas exige o desenvolvimento de novas formas de crítica e de educação histórica, capazes de articular reflexão ética, responsabilidade informacional e formação cidadã.

Nesse contexto, a análise da construção do mito de Tiradentes e de sua difusão pela escola republicana ultrapassa o interesse estritamente historiográfico. O caso permite compreender processos mais amplos de produção, de circulação e de disputa da memória política. A pedagogia cívica da Primeira República, que consolidou o herói por meio de manuais, de rituais e de imagens, encontra paralelos nos mecanismos digitais contemporâneos que produzem e difundem novos mitos políticos. A diferença fundamental reside no fato de que, enquanto a escola republicana buscava unificar simbolicamente uma nação fragmentada, os mitos digitais atuais frequentemente operam em contextos marcados pela polarização e pela disputa intensa de interpretações.

Portanto, a escola republicana foi decisiva para a canonização de Tiradentes como herói nacional, mas a permanência e o significado desse mito dependem da forma como a memória histórica é continuamente reinterpretada em diferentes contextos sociais e tecnológicos. Da pedagogia cívica da Primeira República à disputa algorítmica contemporânea, o que permanece constante é a centralidade das lutas simbólicas em torno da memória coletiva. A trajetória de Tiradentes, situada entre livros didáticos, monumentos públicos e memes digitais, evidencia como a política brasileira continua profundamente marcada pela fabricação e pela disputa de mitos, mobilizados tanto para legitimar quanto para contestar projetos políticos e identidades nacionais.

Essa reflexão conduz à próxima seção, dedicada a examinar as disputas contemporâneas em torno da memória de Tiradentes e os processos de monumentalização e de contramonumentalização que, nas últimas décadas, têm reconfigurado a circulação e a interpretação pública desse personagem na cultura política brasileira.

5 TIRADENTES E AS DISPUTAS CONTEMPORÂNEAS DA MEMÓRIA HISTÓRICA

A trajetória do mito de Tiradentes, consolidado na Primeira República como símbolo da liberdade republicana, demonstra que os mitos políticos não pertencem apenas ao passado. Eles permanecem ativos na cultura política brasileira e continuam a ser mobilizados na disputa pela memória coletiva. A diferença fundamental reside nos meios de circulação dessas narrativas. Se, no início do século XX, a escola, os rituais cívicos e a imprensa constituíam os principais dispositivos de difusão simbólica, hoje a circulação da memória histórica ocorre em um ambiente marcado pela comunicação digital, pela multiplicidade de plataformas e pela rápida disseminação de conteúdos.

Essa transformação altera profundamente as formas de produção e de disputa dos mitos políticos. Como já indicava Karl Marx, as ideias dominantes em cada época tendem a refletir os interesses e as disputas presentes nas estruturas de poder (Marx; Engels, 2008). No caso brasileiro, a construção do mito de Tiradentes serviu à legitimação simbólica da República nascente, oferecendo um herói fundador capaz de representar sacrifício, virtude cívica e unidade nacional. No presente, entretanto, o processo de circulação dessas narrativas ocorre em um espaço comunicacional descentralizado, no qual diferentes grupos sociais disputam o sentido da memória histórica.

Para observar essas transformações, é possível examinar um pequeno recorte contemporâneo da circulação pública da memória de Tiradentes em ambientes digitais e noticiosos. Considerando publicações divulgadas em torno do 21 de abril de 2024, data do feriado nacional dedicado ao inconfidente, observa-se a presença recorrente do tema em diferentes plataformas de comunicação. Reportagens publicadas em portais jornalísticos como G1 (2024), Agência Brasil (2024) e Folha de S. Paulo (2024) retomam o episódio da Inconfidência Mineira e o significado histórico do 21 de abril, frequentemente reiterando a narrativa tradicional que apresenta Tiradentes como mártir da liberdade. Paralelamente, conteúdos divulgados em redes sociais e em plataformas digitais, como publicações no X (antigo *Twitter*), no Instagram e em vídeos educativos no *YouTube* produzidos por canais de divulgação histórica, revelam interpretações diversas da figura do inconfidente, que vão desde a reafirmação da narrativa heroica até abordagens críticas ou humorísticas. A análise desse material permite identificar diferentes formas de apropriação simbólica da memória de Tiradentes no espaço digital contemporâneo. De modo sintético, essas manifestações podem ser agrupadas em quatro tipos recorrentes de representações.

A primeira forma corresponde à heroificação cívica tradicional. Em portais institucionais, em páginas educativas e em publicações governamentais, Tiradentes continua sendo

apresentado como herói nacional e mártir da liberdade. Essas publicações frequentemente retomam elementos da narrativa republicana clássica, destacando seu sacrifício e seu papel simbólico na luta contra o domínio colonial. Nesse caso, observa-se a continuidade de uma memória cívica relativamente estável, ainda vinculada ao repertório escolar e institucional construído desde o final do século XIX.

Uma segunda forma de circulação aparece em conteúdos humorísticos ou irônicos, especialmente em redes sociais. *Memes* e montagens digitais reinterpretam a imagem tradicional de Tiradentes, associando-a a situações contemporâneas ou transformando o personagem em elemento de crítica política ou cultural. Esse tipo de produção evidencia como o ambiente digital favorece a ressignificação e a dessacralização de símbolos históricos que, no passado, eram tratados de forma mais solene.

Um terceiro tipo de apropriação pode ser observado em discursos políticos contemporâneos, nos quais a figura de Tiradentes é mobilizada como símbolo de resistência ou de patriotismo. Em diferentes contextos ideológicos, o personagem é invocado como referência moral ou histórica para legitimar posicionamentos políticos atuais. Nesse processo, a memória do inconfidente é reinterpretada à luz de conflitos contemporâneos, revelando como os mitos políticos continuam a funcionar como recursos simbólicos na disputa pelo poder.

Por fim, há também conteúdos de caráter educativo e didático, produzidos por professores, instituições de ensino ou divulgadores de história em plataformas digitais. Vídeos explicativos, podcasts e publicações pedagógicas buscam contextualizar historicamente a Inconfidência Mineira e discutir criticamente o processo de construção do mito de Tiradentes. Esses materiais indicam que o espaço digital não se limita à produção de simplificações ou distorções históricas, podendo também ampliar o acesso ao conhecimento historiográfico.

A comparação entre essas diferentes formas de circulação da memória de Tiradentes revela uma mudança importante em relação ao período da Primeira República. Naquele momento, a narrativa sobre o herói era relativamente estável, difundida por instituições centrais como a escola, o Estado e a imprensa. No ambiente digital contemporâneo, ao contrário, a memória histórica passa a circular em um ecossistema comunicacional fragmentado, no qual múltiplos atores disputam a interpretação do passado.

Como observa Recuero (2020), as redes digitais operam como espaços de intensa circulação de narrativas e de afetos, frequentemente organizados em comunidades de opinião que reforçam interpretações compartilhadas. Nemer (2022) destaca ainda que os algoritmos das plataformas tendem a amplificar conteúdos emocionalmente mobilizadores, o que contribui para a rápida difusão de narrativas simplificadas ou polarizadas. Nesse contexto, a memória histórica torna-se particularmente vulnerável a disputas simbólicas, a apropriações políticas e a reinterpretações rápidas.

O mito político, nesse cenário, funciona como linguagem privilegiada da polarização. Conforme argumenta Pierre Ansart (2012), a vida política é atravessada por paixões coletivas que são constantemente mobilizadas por símbolos, por narrativas e por representações capazes de produzir identificação ou rejeição. Se na Primeira República a figura de Tiradentes foi utilizada como símbolo de unidade nacional e de sacrifício patriótico, no presente a circulação digital tende a fragmentar essa narrativa, permitindo a emergência de múltiplas interpretações concorrentes.

Diante desse cenário, a escola continua desempenhando papel importante na mediação crítica da memória histórica. Se no início da República a instituição escolar foi utilizada como instrumento de difusão de uma narrativa cívica relativamente uniforme, hoje ela se vê diante do desafio de formar estudantes capazes de compreender e de analisar criticamente as diferentes representações do passado que circulam no ambiente digital.

Paulo Freire (1996) lembra que a educação é sempre um ato político, pois envolve escolhas sobre o que ensinar, como interpretar a realidade e quais valores orientar na formação dos sujeitos. No contexto contemporâneo, isso implica desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a leitura crítica da história e da cultura digital, permitindo aos estudantes reconhecer como narrativas históricas, imagens e discursos são construídos e mobilizados em disputas de poder.

Assim, a memória de Tiradentes pode ser trabalhada na escola não apenas como mito fundador da República, mas como objeto de reflexão sobre os processos históricos de construção da memória coletiva. Ao analisar como diferentes épocas produziram e reinterpretaram a figura do inconfidente, torna-se possível compreender que os heróis nacionais não são apenas personagens do passado, mas resultados de disputas simbólicas que atravessam a vida política e cultural de cada período histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora desta pesquisa buscou compreender de que modo o mito de Tiradentes foi construído e mobilizado pela Primeira República e quais permanências, atualizações e controvérsias esse processo suscita na contemporaneidade, sobretudo no espaço escolar e nas mídias digitais. Ao longo da investigação, procurou-se demonstrar que a transformação de Joaquim José da Silva Xavier em herói republicano não decorreu de uma memória espontânea, mas de um processo histórico de fabricação simbólico articulado por instituições, práticas pedagógicas, rituais cívicos, representações visuais e discursos públicos.

A primeira seção, correspondente à “Introdução”, delimitou o objeto de estudo, definiu a questão central, explicitou o recorte temporal da Primeira República e apresentou a hipótese de que a escola, a ritualização cívica e a iconografia foram dispositivos decisivos na produção do herói-mártir republicano. Ao mesmo tempo, indicou-se que a permanência da figura de Tiradentes no presente exige compreender suas reconfigurações nas disputas contemporâneas da memória histórica.

A segunda seção, intitulada “Corpus e procedimentos de análise”, cumpriu função metodológica fundamental ao explicitar o conjunto documental mobilizado na pesquisa, os critérios de seleção das fontes e as categorias analíticas utilizadas na interpretação. Ao detalhar o corpus composto de legislação comemorativa, rituais cívicos, manuais escolares, iconografia e material contemporâneo de circulação digital, essa seção permitiu dar consistência empírica à investigação e responder à exigência de demonstrar, com fontes concretas, o processo de construção e de disputa do mito político.

A terceira seção, “Memória, mito e política: fundamentos teóricos e metodológicos”, estabeleceu o referencial conceitual do estudo, articulando autores da história cultural e da teoria política para compreender a memória coletiva, os mitos políticos e as tradições inventadas como construções históricas e simbólicas. Nessa parte, demonstrou-se que o mito de Tiradentes pode ser interpretado como uma operação política de produção de legitimidade, de pertencimento e de identidade coletiva, e não como simples herança naturalizada do passado.

A quarta seção, “Tiradentes e a escola republicana: o herói nos manuais, rituais e imagens”, mostrou de forma mais concreta como a Primeira República canonizou Tiradentes por meio da pedagogia cívica escolar. A análise dos manuais didáticos, das celebrações do 21 de abril e das representações iconográficas evidenciou que a escola foi um espaço central de difusão da narrativa heroica e de sacralização simbólica do inconfidente. Essa seção demonstrou, portanto, o mecanismo histórico central da tese do artigo: a articulação entre escolarização da memória, ritualização cívica e iconografia pública na fabricação do herói republicano.

A quinta seção, “Tiradentes e as disputas contemporâneas da memória histórica”, deslocou a análise para o presente, examinando como a memória de Tiradentes continua sendo mobilizada, disputada e reinterpretada em ambientes digitais e noticiosos. A partir de um pequeno microcorpus contemporâneo, observou-se que a figura do inconfidente circula hoje em registros variados, que vão da reafirmação cívica tradicional à ironização, à apropriação política e ao uso didático. Essa seção permitiu demonstrar que a memória histórica, antes difundida de modo relativamente estável por instituições centrais como

a escola e a imprensa, agora circula em um ecossistema comunicacional fragmentado, no qual múltiplos atores disputam publicamente a interpretação do passado.

À luz dessas análises, a pesquisa conclui que o mito de Tiradentes foi decisivo para a legitimação simbólica da República brasileira e que sua construção se apoiou em mecanismos pedagógicos, cívicos e imagéticos cuidadosamente organizados. Ao mesmo tempo, conclui-se que esses mecanismos não desapareceram: eles foram historicamente reconfigurados. No presente, a circulação digital da memória histórica produz novas formas de monumentalização, de contestação e de ressignificação, evidenciando que a disputa pelos símbolos do passado continua sendo um campo central da vida política brasileira.

As contribuições deste artigo situam-se, assim, em três planos articulados. No plano historiográfico, o estudo evidencia como Tiradentes foi construído como mito fundador republicano por meio de práticas concretas de produção da memória. No plano teórico, o artigo mostra que memória, mito e política devem ser compreendidos como dimensões inseparáveis dos processos de legitimação social. No plano educacional, a investigação reafirma a importância da escola e da docência como espaços de mediação crítica da memória histórica, sobretudo em um contexto no qual narrativas digitais e conteúdos algorítmicos intensificam a disputa simbólica em torno do passado.

Dessa forma, o mito de Tiradentes não constitui apenas um episódio encerrado na história republicana, mas permanece como chave interpretativa para compreender os modos pelos quais a sociedade brasileira constrói heróis, organiza identidades coletivas e disputa legitimidades políticas. Nesse cenário, a escola e a docência assumem renovada relevância, não mais como simples difusoras de uma narrativa oficial, mas como instâncias de problematização crítica da memória histórica e de formação de sujeitos capazes de interpretar, de questionar e de reconfigurar conscientemente os usos públicos do passado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGÊNCIA BRASIL. **21 de abril**: Tiradentes é lembrado como mártir da Inconfidência Mineira. Agência Brasil, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2026.
- ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOLHA DE S. PAULO. **Quem foi Tiradentes e por que 21 de abril é feriado nacional**. Folha de S. Paulo, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2026.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- G1. **Dia de Tiradentes**: entenda quem foi o líder da Inconfidência Mineira. G1, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 5 mar. 2026.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEMER, David. **Tecnopolíticas**: como plataformas digitais moldam a democracia. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SEIBT, Fernanda. **Inteligência artificial e memória social**: desafios éticos e políticos. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

(Recebido para publicação 14 de janeiro de 2026)

(Reapresentado em 11 de fevereiro de 2026)

(Aprovado para publicação em 11 de março de 2026)